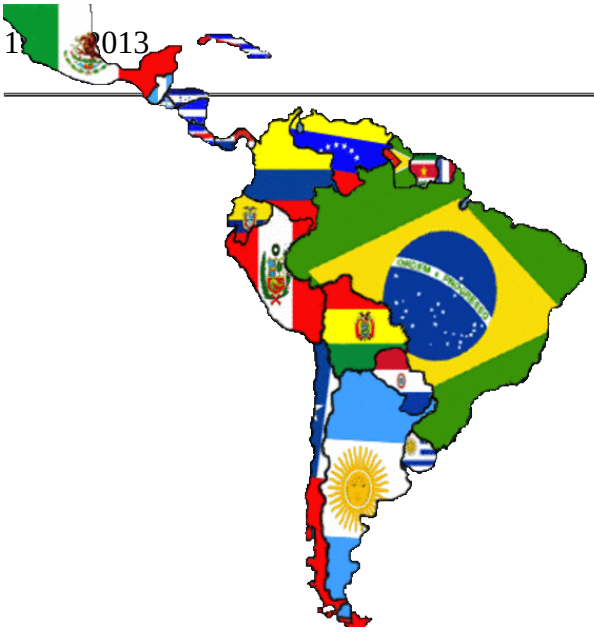
Posição racional

1[illegible]2013



Por Dr. Rosinha, publicado originalmente no jornal O

Globo

As políticas externas são conduzidas de modo a afirmar, no cenário mundial, os grandes e permanentes interesses dos países. Dessa forma, têm como estratégico o horizonte do longo prazo, no qual as idiossincrasias políticas de governos têm baixa relevância. É assim nos EUA, na China, na União Europeia. É assim também no Brasil. Nossa exitosa diplomacia vem, há muito tempo, afirmando os interesses do Brasil no mundo, de modo racional e pragmático, seguindo diretrizes e princípios consolidados. Alguns estão inscritos no artigo 4º da Constituição. Um dos mais relevantes tange à busca permanente da integração da América Latina.

Consoante esse dispositivo constitucional, os governos do PT e aliados redobraram os esforços do Brasil para integrar a América Latina com objetivos claros: superar conflitos entre países, de modo a consolidar o subcontinente como uma região pacífica; desenvolver a integração das infraestruturas físicas da região, de forma a equacionar os gargalos logísticos ao desenvolvimento; promover a inserção da região no quadro da globalização assimétrica; e estimular o desenvolvimento econômico, social e político conjunto.

É do interesse objetivo do Brasil ter um entorno pacífico, integrado e próspero. Nosso desenvolvimento depende, em boa parte, do desenvolvimento de nossos vizinhos. Assim, na busca desse objetivo maior, procuramos estreitar relações com todos os países da região, sem nenhum tipo de discriminação político-ideológica. Mantemos relações estreitas com a Venezuela do falecido Chávez, com a Bolívia de Evo Morales e com o Equador de Rafael Correa. Mas também mantemos relações estreitas com o Chile de Sebastián Piñera, com a Colômbia de Juan Manuel Santos e com o México de Peña Nieto, governos considerados conservadores. E continuaremos a estreitar as relações com esses países, independentemente das colorações políticas de seus futuros líderes.

Quanto à democracia e aos direitos humanos, é preciso frisar que a tradição da diplomacia brasileira é a de evitar o uso político desse tema para perseguir países, o que levaria ao recrudescimento dos regimes autoritários, ao sofrimento de população inocente e ao surgimento de conflitos violentos. Não funciona, como demonstra o cinquentenário embargo a Cuba.

O Brasil considera que a melhor maneira de defender a democracia e os direitos humanos é via cooperação, diálogo e integração. Tal como previsto na Constituição, a política externa brasileira se norteia pelos princípios da não intervenção, da solução pacífica dos conflitos e defesa da paz. Uma política que convence ao invés de impor, que coopera ao invés de isolar. Uma política que nos faz cada vez mais fortes e respeitados.

*** Dr. Rosinha é deputado federal (PT-PR).**

Compartilhe nas redes: